

O Impacto da COVID-19 na Economia e no Endividamento Familiar no Brasil

CAMILA DE OLIVEIRA SANTOS¹, BRUNO GIOVANNI MAZZOLA²

¹Pós graduanda em Gestão Financeira, IFSP, Campos de Caraguatatuba, camiladeosantos1@gmail.com

²Doutor em Administração pela FEA-USP, Docente no IFSP, Campos de Caraguatatuba, bruno.mazzola@ifsp.edu.br

RESUMO ESTRUTURADO

Introdução/Problematização: A situação de pandemia que se desenrolou desde março de 2020 teve um grande impacto na economia e gerou uma situação limite para um bom número de famílias. Este artigo revisa alguns dados que esclarecem essa situação no caso do Brasil, tanto em termos de desempenho econômico, quanto de padrão de consumo e qualidade financeira das famílias em geral.

Objetivo/proposta: Entender alguns aspectos que foram modificados com a pandemia, ou seja, o impacto no comportamento do consumidor, o endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) devido a falta de planejamento, a onomania, que diz respeito ao consumo compulsivo e, o surgimento de novas formas de consumo *online*.

Procedimentos Metodológicos: Para que o objetivo principal desta pesquisa fosse alcançado, foi realizada uma revisão de literatura integrativa, buscando com base nas produções científicas respaldo para responder a problemática apresentada para a pesquisa. Foram selecionados artigos publicados dentro do espaço amostral de 4 anos, caracterizando o período entre os anos de 2017 à 2021, sendo excluídos desse espaço amostral publicações que não atendessem aos descritores: compras compulsivas, inadimplência e endividamento, planejamento financeiro, covid 19 e pandemia. Optou-se por publicações de caráter multilíngue, sendo o português o idioma predominante seguido do inglês e do espanhol.

Conclusão: Através deste estudo, foi possível observar o quanto o nível de endividamento pessoal pode crescer em sociedades em que a educação financeira não é desenvolvida e, o quanto a pandemia do Covid-19 impactou a condição financeira dos brasileiros e o perfil dos endividados, que muitas vezes tiveram que realizar escolhas entre as suas dívidas. O desemprego é o principal motivo de endividamento, e o cartão de crédito, utilizado principalmente para a compra de insumos básicos, é a principal dívida desse público. A pesquisa também revelou que o endividamento afeta de forma negativa os sentimentos das pessoas.

Palavras-Chave: Endividamento, Inadimplência, pandemia, planejamento financeiro, compras compulsivas.

1. Introdução

Em 2020, a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) marcou negativamente a evolução da economia brasileira e ceifou um elevado número de vidas. Do primeiro caso confirmado em fevereiro de 2020 aos primeiros dias de dezembro de 2020, o Brasil registrou 6,9 milhões de infectados e 181 mil mortes, um dos maiores números em termos absolutos e em incidência entre os países atingidos pela pandemia. Por sua vez, estima-se que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cairia 5,3% em 2020; a taxa de desemprego no terceiro trimestre seria de 14,6% da população ativa, ou seja, cerca de 14 milhões de pessoas, o que significa retornar aos níveis da grande recessão de 2015-2016. Para 2021, estima-se um crescimento de 3,2% (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Dadas as condições de distanciamento físico para proteger a população e evitar a saturação do sistema de saúde, os governos dos estados e municípios brasileiros aplicaram diferentes graus e períodos de restrição para a abertura de negócios e o número de pessoas no mesmo espaço, de acordo com a evolução da COVID-19 em todo o extenso território brasileiro, que possui 8,5 milhões de quilômetros quadrados, uma taxa de urbanização de 87,5% e uma população de 210 milhões de pessoas. Essas medidas foram aplicadas, sobretudo, nos setores industriais e de serviços, os maiores empregadores e geradores de renda do mercado de trabalho brasileiro (formal e informal) (OLIVEIRA et al, 2020).

Por sua vez, o governo federal implementou ações e programas para garantir a entrada de pessoas nas empresas e a continuidade das operações. Em termos de transferências de renda, o programa de auxílio emergencial para COVID-19 atingiu mais de 66 milhões de pessoas, com pagamentos no valor de 280 bilhões de reais, ou cerca de 3,9% do PIB. No total, os gastos do governo federal até novembro (devido à suspensão de impostos e aumento de gastos) chegaram a cerca de 615 bilhões de reais, ou cerca de 8,6% do PIB. Além disso, o banco central facilitou a expansão do crédito pelo sistema financeiro, o que possibilitou um aumento de mais de 37% nos empréstimos para micro e pequenas empresas em relação a 2019, equivalente a 1,7% do PIB. No total, em termos fiscais e creditícios, foram alocados recursos próximos a 12% do PIB em resposta ao COVID-19 (IE, 2020).

No Brasil, os impactos das medidas contra a COVID-19 foram expressivos no segundo trimestre de 2020, quando o produto registrou queda de 9,6% em relação ao primeiro trimestre; no primeiro semestre acumulou queda de 5,6% em relação ao mesmo período de 2019. No terceiro trimestre de 2020, os efeitos das políticas de enfrentamento à COVID-19 começaram a ser vistos, com crescimento 7,7% em relação ao segundo trimestre, acumulando queda de 5,0% no ano. Embora seja uma recuperação limitada por não retornar aos níveis pré-pandemia, setores como manufatura e comércio, que haviam diminuído suas atividades em 19,1% e 13,7%, respectivamente, em relação ao trimestre anterior, atingiram taxas de crescimento de 23,7% e 15,9 %, também respectivamente, no terceiro trimestre (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Por sua vez, os serviços, principal empregador da economia brasileira, registraram variação de 6,3% no terceiro trimestre, após retração de 9,4% no segundo trimestre. No setor de serviços, a pandemia teve maior impacto nos setores de alimentação fora de casa, serviços pessoais, turismo e transporte aéreo (IE, 2020).

Do lado da demanda, o consumo das famílias cresceu 7,6% após queda de 11,3% no segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre. Além disso, o investimento e os gastos públicos

diminuíram e as exportações de bens e serviços, que graças às vendas de produtos básicos cresceram 1,6% no segundo trimestre de 2020 em relação ao trimestre anterior, caíram 2,1% no terceiro trimestre (KREIN; BORSARI, 2020).

Segundo Matta et al (2021) por conta da pandemia, e do isolamento, o ato de adquirir produtos de necessidades básicas ou não, parcelar compras, que muitas vezes não cabiam no orçamento, usar o cartão de crédito e o limite de conta corrente, foram algumas das situações corriqueiras durante o período da pandemia: o que fez com que esse uso excessivo e compulsivo de muitas famílias trouxesse o endividamento e até mesmo a inadimplência para suas casas.

Por outro lado, apesar de a crise econômica causada pela pandemia de covid-19 ter sido cruel para a maioria das famílias, alguns usaram o isolamento como meio de poupança. Ou seja, enquanto os trabalhadores informais ou com baixa qualificação passaram por dificuldades, os profissionais que mantiveram seus empregos em tempos de pandemia viram seus gastos diminuir em decorrência do confinamento (CAMOLEZE, 2020).

São os “poupadores da pandemia”, também chamados de “super poupadores”: aqueles que reduziram suas despesas porque deixaram de viajar, sair para comer fora, ir ao cinema ou participar de eventos, ou que, diante da incerteza, optaram por ser mais cautelosos (CARVALHO, 2020).

Para muitos, tem sido uma espécie de economia forçada, mas à medida que o processo global de vacinação avança e a economia começa a se recuperar, é provável que esses poupadores de pandemia aumentem gradualmente os níveis de gastos novamente (NERI, 2020).

Ao nível das finanças pessoais, os especialistas alertam que a pandemia e o isolamento social é um bom momento para repensar o que se faz com o dinheiro, tanto do ponto de vista de pagamento de dívidas, como da poupança e investimento (IE, 2020)

Dentro desse contexto, o foco do artigo em questão será entender os aspectos que levaram muitas das famílias brasileiras a um alto índice de endividamento e inadimplentes (Peic) durante a pandemia.

A justificativa da escolha deste tema adveio da necessidade de se reavaliar os hábitos de consumo e da relevância de um planejamento econômico ou mesmo, uma educação financeira adequada das pessoas. Tal afirmativa se firma nos autores Olivato e Souza (2017), que conceituam os principais influenciadores do endividamento das pessoas é a falta de planejamento, a onomania, que diz respeito ao consumo compulsivo, e aos desejos e necessidades de alcançar um status social muitas das vezes distante da realidade das famílias.

2. Metodologia

Este estudo é caracterizado como uma revisão de literatura integrativa com bases de dados em produções científicas que deram respaldo para responder a problemática apresentada para o artigo. A finalidade e objetivo desta pesquisa bibliográfica foi discutir o problema apresentado e definir procedimentos metodológicos por meio da utilização de métodos científicos.

Gil (2010, p. 112) define metodologia como sendo o “procedimento racional e sistêmico que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

O instrumento de levantamento de dados foi o levantamento bibliográfico através de pesquisas em livros e artigos científicos coletados através do Google Acadêmico, Plataforma Scielo, Research Gate, entre outros.

Foram selecionados artigos publicados dentro do espaço amostral 2017 à 2021, sendo excluídos desse espaço amostral publicações que não atendessem aos descritores: compras compulsivas, inadimplência e endividamento, planejamento financeiro, covid 19 e pandemia.

Optou-se por publicações de caráter multilíngue, sendo o português o idioma predominante seguido do inglês e do espanhol.

O delineamento da pesquisa teve a abordagem classificada como qualitativa, tendo em vista que o enfoque se baseia em métodos de coleta de dados não padronizados nem totalmente predeterminados, além disso, não efetua uma medição numérica, portanto, a análise não é estatística (SAMPIERRI; COLLADO; LUCIO, 2013).

3. Impacto da Pandemia da Covid-19 na Sociedade e na Economia

Em meio à crise de saúde pública e ao caos que assola grande parte do mundo, propõe-se nesse artigo algumas reflexões sobre a crise econômica que a acompanha e que permanecerá por um tempo, uma vez que o vírus tenha desaparecido, ou seja, controlado (SENHORAS, 2020).

Pretende-se oferecer nessa pesquisa perguntas antes de respostas. Parece que se está em um momento de questionamentos e reflexões, de se questionar, de se colocar as perguntas que ajudam a trabalhar e construir na direção de tirar lições aprendidas, julgamentos que auxiliam no trabalho econômico, hoje tão cheio de incertezas.

Não se propõe com este artigo apontar fórmulas para se sair dessa situação ou falar sobre as melhores políticas para fazê-lo. Se fará isso mais tarde e haverá muito tempo para isso. Para já, estas são algumas reflexões com questões substantivas.

3.1 Impacto no Gasto Médio por Família durante a Pandemia

De acordo com a Fecomercio SP (2020), o consumo dos brasileiros variou consideravelmente devido à pandemia, como um todo, de 14,4% do gasto monetário por domicílio em 2020 em relação ao ano anterior. Para analisar esse impacto, a pesquisa do órgão foi analisada segmentalmente em três períodos. O primeiro período é desde o início de 2020, quando o covid-19 começou no país, até o encerramento total da atividade devido ao confinamento em meados de março de 2020. O segundo período é aquele que abrange todo o confinamento, enquanto o terceiro é aquele que aparece após a queda da incidência e o início da chamada “nova normalidade”. (CAMOLEZE, 2020).

Apesar dos efeitos nocivos da pandemia de covid-19 sobre o emprego e a renda, as famílias paulistas gastaram, em média, 1,9% a mais mensalmente no varejo em 2020 do que no ano anterior. Com isso, o gasto médio mensal passou de R\$ 4.197,73, em 2019, para R\$ 4.276,82, no ano passado (2021), esse fator pode ter levado muitas dessas famílias ao comprometimento financeiro e a um índice de endividamento relativamente alto (CHESNAIS, 2020).

Em razão das restrições à circulação de pessoas e da disseminação do *home office*, que fizeram com que os consumidores passassem mais tempo em suas residências, a alta do consumo foi puxada pelas vendas de alimentos, produtos de limpeza e higiene, e serviços de assistência à saúde, como também, para compras desnecessárias e compulsivas (LACERDA, 2020).

3.2 Dívida e Endividamento, o Custo da Pandemia

Segundo Campara et al (2018), dívida e endividamento são termos recorrentes em estudos sobre finanças pessoais e são utilizados em inúmeras pesquisas que envolvem o comportamento do consumidor

Dívida é um conceito que deriva de uma palavra do latim e cujo significado se refere à obrigação que uma pessoa ou organização tem de pagar, reembolsar ou satisfazer algo (geralmente dinheiro) a outra. A pessoa já pode se considerar endividada no momento que adquire algo que não pode ser pago à vista, tendo a necessidade de parcelar. A dívida é a obrigação que um indivíduo contrai quando pede algo, com o compromisso de devolvê-lo de acordo com as condições previamente acordadas. Sendo mais preciso na definição, a dívida é a obrigação de devolver o capital dentro do prazo acordado e com taxa de juros fixa. O montante devido é a soma do capital solicitado mais os juros correspondentes (SILVA, 2021).

Na economia individual dos cidadãos existem várias dívidas assumidas, que se definem como contas a pagar. Podem ocorrer quando o sujeito solicita um empréstimo ou quando adquire produtos a prazo ou com pagamento diferido. Se uma pessoa comprar um televisor e pagar apenas 50%, deixando a outra metade pendente de pagamento até o mês seguinte, terá contraído uma dívida (FIGUEIRA; PEREIRA, 2019).

Já Silva, Neto e Araújo (2017), definem o endividamento como sendo a utilização por um indivíduo de recursos de terceiros para fins de consumo e, ao se apossar desse recurso, estabelece um compromisso em devolver, na data estabelecida, tal montante, normalmente acrescido de juros e correção monetária. Cheque especial, cartão de crédito, crediário, crédito imobiliário, crédito consignado, hipotecas, empréstimos com agiotas, parentes e amigos são algumas das várias formas e fontes de crédito que podem ser utilizadas por um indivíduo para contrair a dívida.

No momento em que o indivíduo tem mais de um compromisso e em determinado momento não consegue honrar com esses compromissos então esse indivíduo torna-se inadimplente. Vinculado ao endividamento está a inadimplência que ocorre quando uma pessoa contrai uma quantia tão alta de dívida que não tem condições de pagar nos prazos estabelecidos (OLIVATO; SOUZA, 2017).

Neri (2020) relata sobre a pesquisa realizada pela CHESNAIS (2020) acerca das razões que levam a população de baixa renda a endividar-se. Como resultado, a autora verificou que os dois principais motivos que levaram os indivíduos ao endividamento foram a falta de planejamento com 43,1% e o consumismo com 35,1% respectivamente.

O que nos leva ao tema desta pesquisa, ou seja, os fatores do endividamento das famílias durante o período da pandemia de covid-19: a falta de planejamento, consumismo, compras compulsivas para amenizar o isolamento físico, em resumo, a falta de uma educação financeira.

3.3 Educação Financeira

A educação financeira, segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico, pode ser definida como o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, obtêm informação e instrução, desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes e, assim, adotarem ações para melhorar seu bem-estar (PACHECO; CAMPARA; COSTA, 2018).

Mesmo se houver um endividamento a pessoa que tem conhecimento financeiro conseguira em algum tempo sair daquela situação, pois ela sabe os motivos que a levaram até aquele momento da dívida. O baixo conhecimento financeiro implica em maiores dificuldades para compreender os conceitos financeiros básicos e, por consequência, eleva o risco dos indivíduos terem problemas financeiros decorrentes de decisões equivocadas de acordo com Castro e Garcia (2020).

Atualmente, menos da metade dos adultos no mundo possuem conhecimentos financeiros e, além disso, grande parte das famílias brasileiras está endividada, o que demonstra a necessidade de aprofundar os estudos nesses temas considerando realidades mais próximas ao cotidiano e, ao impacto que a pandemia provocou em todo o mundo (BLANCO, 2018).

Diversos trabalhos tratam esse tema como algo essencial para a educação do indivíduo, pois se ele não consegue se planejar e comprar com consciência dificilmente ele poderá adquirir os itens necessários da vida adulta.

Segundo Katona (2019), é comum ver pessoas gastando mais do que ganham em diversas camadas sociais, e isso é uma das causas do endividamento e da inadimplência. Alguns indivíduos querem usufruir além do seu poder de compra e acabam gastando mais do que ganham; outros possuem uma renda alta, mas não estão satisfeitos com o que possuem, fazendo-os consumir sempre mais. Outra razão é pela escolha em não economizar, independentemente de estar na classe baixa ou alta, dado a falta de vontade em poupar e controlar suas finanças, fato muito comum nesse período de isolamento que a sociedade vivenciou (KATONA, 2019).

3.3.1 Educação Financeira e seu Impacto nas Finanças Pessoais

Nas últimas duas décadas, destacou-se a importância da educação financeira para o bem-estar dos indivíduos, da sociedade e da boa saúde da economia. Roa *et al.* (2019) concordam em descrever a informalidade no consumo financeiro, a necessidade de implementar estratégias de educação financeira que promovam a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades financeiras, uma vez que pode se tornar influente na desenvolvimento econômico e na geração de equidade social.

Por sua vez, Contreras et al (2020), indicam que a educação financeira é um elemento importante na estabilidade econômica e no desenvolvimento de uma sociedade, o que Olin (2018) também complementa referenciando, Raccanello e Herrera, (2017) que afirmam que a educação financeira pode levar para a melhoria do bem-estar, gerando inclusão. Ambas as variáveis, educação financeira e inclusão financeira, devem estar intimamente relacionadas, pois não pode haver efeito se forem utilizadas de forma independente, nesse sentido Birochi e Pozzebon, (2021) indicam que o acesso ao sistema financeiro por si só não gera nenhum efeito positivo se isso não for acompanhado de educação financeira.

Passando da perspectiva macroeconômica para uma perspectiva mais individual de considerar o consumidor como ator e agente de mudança na economia, são várias as abordagens que reforçam a premissa da necessidade de educação financeira.

Duarte et al (2019) fazem alusão ao fato de que a arquitetura econômica da sociedade corresponde à soma das finanças pessoais de cada indivíduo. Por outro lado, Gempp *et al* (2018) a chamam de alfabetização econômica, e a destacam pelo fato de que é necessário que cada cidadão, como agente econômico, compreenda o mundo econômico em que está vivendo.

Continuando com a perspectiva do indivíduo imerso na economia, há um fator a ser

considerado e que é a tomada de decisão econômico-financeira. Vargas e Avendaño, (2020) indicam que consumidores educados financeiramente podem tomar melhores decisões que promovam melhoria em sua qualidade de vida, e o fator decisão também é destacado por Miotto e Parente, (2021), que argumentam que a falta de educação financeira leva a erros financeiros, que comprometem a qualidade de vida nos lares.

Além disso, Lusardi (2021) argumenta que provavelmente é mais lucrativo fornecer educação financeira a cada indivíduo antes de se envolver na tomada de decisões financeiras. E, finalmente, a partir de um contexto educacional, López (2020) indica que devido ao baixo nível de conhecimento financeiro, as famílias tomam decisões que subotimizam a capacidade de criar riqueza. Em relação ao exposto, fica evidente a necessidade de educação financeira nos indivíduos, pois a soma do comportamento econômico-financeiro de cada consumidor caracteriza um sistema econômico, o que naturalmente influencia o bem-estar de uma determinada sociedade.

3.3.2 Educação Financeira em Tempos de Covid 19

O perturbador panorama da COVID-19 enquadrado num conjunto de desafios associados à diminuição de rendimentos, redução de alternativas e recursos limitados que obrigam a tomar decisões acertadas, implica também avaliar e contrastar riscos e oportunidades, ou seja, tomar decisões que deve se basear em uma sólida educação financeira (ASOBANCÁRIA, 2020).

É inegável a afirmação de que no mundo, e principalmente em nosso país, ninguém esperava que um evento dessa magnitude acontecesse. Com o tempo, a maioria das famílias brasileiras conseguiu sobreviver e se manter com o salário mínimo como única renda que possuem, independente de ocorrerem casos extremos como a pandemia, é preciso criar consciência financeira para ter melhores oportunidades de subsistência diante de adversidades e imprevistos que surgem.

Se algo ficou claro nesses anos de crise e dificuldades econômicas para a maioria das famílias, é que em um mundo como o atual, é mais necessário do que nunca ter uma boa educação financeira. E para isso é preciso ter clareza sobre certos conceitos e realizar práticas que ajudem a enfrentar a tempestade quando ela chegar. Com a educação financeira, pretende-se que, graças a uma melhor compreensão dos produtos financeiros e às competências necessárias, os cidadãos aprendam a tomar decisões informadas e a desenvolver hábitos de poupança e planejamento de gastos (Anônimo, 2017)

O aparecimento da COVID-19 ratifica a necessidade de as famílias saberem fazer bom uso do dinheiro e promover uma cultura de poupança, apesar de o aparecimento da pandemia não significar a destruição total e irreversível das economias dos países, mostra um lado altamente vulnerável que levará anos para se recuperar, principalmente em nosso país, que, como mencionado anteriormente, mal sobrevive com o salário mínimo.

Agora, ao longo do tempo houve e há muitas formas de fazer uso eficiente dos rendimentos que temos, há muitas formas de poupança, todas muito eficientes, cada uma com o seu grau de dificuldade, se puderem ser cumpridas integralmente, que se vêem ainda mais aprimorada e viável de implementar dada a situação atual, se antes as pessoas não demonstravam interesse em ter uma cultura de poupança e gasto mínimo, agora sem dúvida estão procurando todas essas opções, o que é um bom sinal, ou seja, dizer, é claro, que atualmente existem tempos difíceis, muitas famílias não têm o que sobreviver, outras vivem do dia a dia, outras saem para a famosa "caça ao tesouro", mas procurando maneiras de melhorar usar e economizar dinheiro sempre significará algo bom,

esteja em uma situação difícil ou não.

Antes de implementar qualquer método de poupança ou uso eficiente da renda, vários aspectos devem ficar claros:

- A renda que se tem
- De onde vem essa renda?
- Em que e como se usa?

Como se visualiza as finanças no futuro se continuar fazendo as despesas que faz regularmente? Claro que não são todos os aspectos existentes, mas a critério pessoal são os que vão determinar a realidade das finanças pessoais. Uma vez que se tenha clareza sobre os aspectos que aprofundam o uso das finanças no dia-a-dia pode-se seguir muitas estratégias que irão ajudar de uma maneira média a ótima se fazer um uso eficiente do dinheiro, podem ser:

Manter um bom orçamento: controlar e registrar as despesas é de vital importância e talvez o passo mais importante, pois está relacionado à gestão diária do dinheiro e dará uma visão mais clara das coisas que são realmente necessárias, enfim, com isso será mais fácil distinguir o que é necessário do que não é necessário;

Diferenciar entre necessário e desejo: altamente relacionado ao ponto anterior, eles praticamente andam de mãos dadas, sendo claro sobre o que é realmente necessário sobre o que é apenas um desejo para satisfazer uma necessidade passageira é o que ajudará a criar consciência e ter disciplina de gastos, isso não significa que apenas se dedique o dinheiro para o que é necessário, mas sim se refere a ter mais consciência na hora de fazer as despesas e que, claro, é algo que está orçado e pode ser assumido;

Poupar: uma palavra mundial, mas pouco ou raramente posta em prática, é preciso ter uma mentalidade de visão de longo prazo, antecipar situações para economizar;

Cuidado com créditos ou empréstimos: se precisar, é fundamental ter clareza sobre para que as coisas serão usadas, claramente não é dinheiro de graça, é algo que terá que ser pago a médio ou longo prazo, então ter acesso a um carece de planejamento. Assim, os pontos anteriores devem ser muito claros e bem aplicados.

4. Considerações Finais

Ao término desta pesquisa, pode-se considerar que, mediante as bases bibliográficas consultadas, o covid 19 impactou negativamente as finanças pessoais de muitas famílias no mundo e, especificamente no Brasil. De fato, o impacto real é maior do que o percebido porque, quando pesquisa-se sobre mudanças nos hábitos de gastos, poupança e investimento, a grande maioria das informações obtidas através da literatura afirmam que muitas famílias tiveram que modificá-los devido à pandemia.

Dentro deste contexto de crise, muitas pessoas tiveram que recorrer à poupança que as sustentou, neste momento revelando que, aquelas famílias que tinham por hábito a poupança para ser utilizada em momentos emergenciais, tiveram um 'porto seguro', revelando assim que, a gestão das receitas e despesas, aliada a uma visão de futuro, é realmente o ponto mais importante no orçamento familiar.

É importante ainda ressaltar que, no que diz respeito especificamente à situação financeira,

os autores pesquisados afirmam que a grande maioria das pessoas se preocupam mais em monitorar suas economias e investimentos após a quarentena da covid 19. Desta forma, salientam as bases bibliográficas analisadas que as pessoas estão mais atentas às suas finanças pessoais.

Quanto à atitude em relação aos investimentos, as bases de dados levantadas para a pesquisa em questão, demonstram que se a cautela se destacava antes da pandemia, isso se intensificou agora. O ceticismo em relação aos investimentos aumentou, e o otimismo diante da situação financeira do país caiu significativamente.

Então, concluindo a pesquisa pode-se dizer que o objetivo e a problemática traçada para o trabalho foram alcançados ao longo do desenvolvimento e análise das publicações consultadas e, foi possível entender que educar-se financeiramente pode ser o “escudo” que todos podem ter para enfrentar situações inesperadas. As finanças pessoais são baseadas em conhecer 4 eixos: Poupança, Crédito, Orçamento, Investimentos. Educando-se sobre esses eixos e os aplicando ao cotidiano, se estará preparado para enfrentar qualquer crise futura.

As pessoas estão em uma situação em que os hábitos de consumo voltaram ao básico. O mais importante agora é cobrir as necessidades, como alimentação e moradia. O principal é estabelecer um plano financeiro. Dessa forma, se poderá estar ciente e preparado para os cenários que podem ocorrer nas finanças pessoais daqui para frente.

Para investir, deve-se primeiro “limpar” as finanças pessoais. Então, para isso é fundamental que se possa identificar os hábitos financeiros e saber exatamente para onde está indo o dinheiro antes de gastá-lo. É por isso que é necessário ter o orçamento como eixo da economia familiar. Ter cuidado com as despesas e compras compulsivas é muito importante, pois estas podem tirar o seu dinheiro de uma forma muito fácil sem que se perceba.

5. Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Coronavírus pode levar 500 milhões de pessoas para a pobreza**. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/coronavirus-pode-levar-500-milhoes-de-pessoas-para-pobreza>. Acesso em: 27 jan. 2022.

BIROCHI, R.; POZZEBON, M. *Improving Financial Inclusion: Towards a Critical Financial Education Framework*. Brazil. (56). 2 – 3, 6, 15, 17, 31. 2021

BLANCO, M. A importância da educação financeira e sua influência nos futuros alunos de Administração e Gestão. **Anuário Jurídico e Econômico Escorialense**. (XLVII). 501-520. 2018.

CAMOLEZE, E. **As principais pandemias dos últimos séculos**. Faculdade Qualitas, abr. 2020. Disponível em: <https://www.qualittas.com.br/blog/index.php/as-principais-pandemias-dos-ultimos-seculos/>. Acesso em: 01 de mar. 2022

CARVALHO, S. S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de setembro. **Carta de Conjuntura IPEA**, nº 49 (outubro): 1-17.2020

CASTRO, F.; GARCIA, N. **Educação econômica e financeira**. Relatórios do Emissor. Banco da República. Bogotá DC (137). 1 - 6. 2020

CONTRERAS, B.; GARCIA, A.; VARGAS, S. Inclusão e Educação Financeira: Uma Abordagem Teórica. **Revista Europeia de Estudos Educacionais**. Vol 1 (2). 4, 7, 8, 11, 12, 13. 2020

CHESNAIS, F. **A Finança Mundializada: Pós Covid-19**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

DUARTE, L.; PINK, Y. ; BASULTO, J. **Comportamento e Bem-Estar Financeiro como Fatores Competitivos**. Universidade Autônoma de Yucatán. Vol. 15 (2). México. 2, 3, 4, 5, 6. 2019

FIGUEIRA, R. F.; PEREIRA, R. D. C. D. F. Devo, não nego, pago quando puder: uma análise dos antecedentes do endividamento do consumidor. **Revista Brasileira de Marketing**, 13(5), 124-138. 2019

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Boletim Observatório Covid-19 após 6 meses de pandemia no Brasil, **Portal Fiocruz**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_6meses.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022

GEMPP, R.; DENEGRI, M.; CARIPÁN, N.; CATALÁN, V., HERMOSILLA, S. **Desenvolvimento do Teste de Alfabetização Econômica para Adultos TAE-A-25**. Chile. (41); 3, 4, 10. 2018

INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ– IE. **Coronavírus: pesquisadores da UFRJ avaliam impacto econômico da doença**. 2021. Disponível em: <https://ufrj.br/coronavirus-pesquisadores-da-ufrj-avaliam-impacto-economico-da-doenca>. Acesso em: 18 fev. 2022.

LACERDA, A. C. **COVID-19 e a economia brasileira**. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/covid-19-e-a-economia-Brasileira,82c4d2fd5d335aa8a1d955452b66d4108vybo8ci.html>. Acesso em: 01 mar. 2022).

LÓPEZ, J. (Des)educação financeira em estudantes universitários equatorianos: uma abordagem teórica. **Revista de Negócios**, 37 (10), 1, 4. 2020.

LUSARDI, A. Financial literacy: Do people know the ABCs of finance? **Public Understanding of Science**, 24 (3), 2-10. 2021.

MIOTTO, A.; PARENTE, J. **Antecedentes e Consequências da Gestão Financeira das Famílias na Classe Baixa – Média Brasileira**. Brasil. (55). 14. 2021.

OLIN, B. **Educação Financeira como Base para Tomada de Decisões de Investimentos Pessoais**. México. Universidade Autônoma de Querétaro. 3, 32-35, 137, 141. 2018.

PACHECO, G.B.; CAMPARA, J.P.; COSTA JR., N.C.A. Traços de Personalidade, Atitude ao Endividamento e Conhecimento Financeiro: Um Retrato dos Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, n. 52, p. 54-73, 2018.

ROA, M.; ALONSO, G.; GARCIA, N. RODRIGUEZ, D. Educação financeira e inclusão. **Centro CEMLA de Estudos Monetários Latino-Americanos**. 20-97. 2019.

RACCANELLO, K.; HERRERA, E. Educação e inclusão financeira. **Revista Latino-Americana de Estudos Educacionais**, (XLIV), 6 -18. 2017.

SILVA, J.G.; SILVA NETO, O.S.; ARAÚJO, R.C.C. Educação Financeira de Servidores Públicos: Hábitos de Consumo, Investimento e Percepção de Risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n 2, p. 104-120, 2017.

KATONA, G. **Psychological Economics**. New York: Elsevier, 2019, p. 438

KREIN, J.D.; BORSARI, P. **Coronacrise: a pandemia, a economia e a vida**. Instituto de Economia UNICAMP, 2020.

MATTA, G.C.; REGO, S.; SOUTO, E.P.; SEGATA, J. **Os impactos sociais da Covid 19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [on line]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19, Editora FIOCRUZ, 2021, 221p.

NERI, M. Qual foi o impacto imediato da pandemia do Covid sobre as classes econômicas brasileiras? **FGV Social**. 2020.

OLIVATO, H.; SOUZA, P.K.B. **Endividamento: um estudo preliminar dos fatores contribuintes**. Anais do Simpósio de Educação e Encontro científico de Educação da Unisalesiano, Lins SP, Brasil, 2017

OLIVEIRA, T. C. et al. (In)Segurança mental e econômica no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. **Cadernos de Saúde Pública**, 36: e00055220, 2020.

SENHORAS, E.M. Impactos Econômicos da Pandemia da Covid 19. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, 165 p. **Coleção: Comunicação e Políticas Públicas**, v. 69. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

SILVA, P.B. **A dívida a partir de significados e padrões de consumo**. Dissertação, Mestrado Profissional em Comportamento do Consumidor, Curso de Administração da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM. São Paulo, 2021. 100p.

VARGAS, M.; AVENDAÑO, B. **Desenho e análise psicométrica de um instrumento de avaliação de competências básicas em economia e finanças: uma contribuição para a educação do consumidor**. Universidades Psicológicas. Bogotá DC 2, 3, 4, 5, 11, 12. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Covid-19 Social Science Working Group, 2020. Disponível em: . Acesso em: 18 fev.2022



CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho intitulado O Impacto da COVID-19 na Economia e no Endividamento Familiar no Brasil, de autoria de Camila de Oliveira Santos e Bruno Giovanni Mazzola, foi aprovado e apresentado no XIV CASI - Congresso de Administração, Sociedade e Inovação (Evento online), realizado entre os dias 25 e 27 de maio de 2022..

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2022.


Prof. Márcio Moutinho Abdalla
DIRETOR CIENTÍFICO


Prof. Pítias Teodoro
DIRETOR ADMINISTRATIVO